



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

## SENTENÇA

Processo Digital    **1005211-58.2017.8.26.0566**  
 nº:  
 Classe - Assunto    **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente:        **Juliana Paula Kein de Almeida**  
 Requerido:         **Maria de Lourdes Pereira da Silva**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

**JULIANA PAULA KEIN DE ALMEIDA** devidamente qualificada nos autos, ajuizou **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL** com pedido de antecipação de tutela em face de **MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA**.

Aduz, em síntese, que conviveu 6 anos com Hermes Silva, filho da ré Maria de Lourdes Pereira da Silva e desse relacionamento adveio Miguel Almeida Silva que se encontra com 4 anos de idade. Relata que se separaram há cerca de 1 mês e a guarda da criança ficou com a autora. Salienta que as visitas do pai e familiares acontecem normalmente, mas a avó paterna, inconformada com a separação começou, através da rede social "facebook", a postar imagens e desferir acusações, ofensas e insultos à honra



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da autora a quem é imputada a conduta de agredir o filho e esfaquear pessoas. Afirmo que o menor vem sendo vítima de alienação parental praticada pela ré. Requer: a) a imediata retratação por parte da ré das ofensas praticadas nas redes sociais, sob pena de multa diária b) a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, sem especificar qual valor pretende.

Decisão a fls. 31/32 concedeu os benefícios da tutela de urgência para o fim de determinar à ré que promova a exclusão das postagens em sua página no facebook, sob pena de multa diária de R\$ 150,00.

Em contestação (fls. 57/67) a ré informou a retirada das postagens da rede social. Apresentou por sua vez, postagens realizadas pela autora que considera ofensivas e vexatórias à sua imagem (fls. 60/62). Alega ainda que a autora é responsável pelos fatos narrados na inicial e que foram feitas com intuito de responder as postagens e atos ofensivos. Salienta que se defendeu na mesma proporção que foi atacada. Reforça que a agressão foi recíproca e no calor da discussão. Batalha pela improcedência do pedido.

Juntou documentos (fls. 70/77).

Impugnação a fls. 82/85.

É o relatório.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Julgamento antecipado da lide por ser desnecessária a dilação probatória (art.355, I, NCPC).

Cuida-se de pedido de obrigação de retirar mensagens de página social (facebook) e de indenização por danos morais.

No que tange ao teor das postagens, devem mesmo ser retiradas do facebook, porque inadequadas.

Os reclamos da autora quanto aos alegados danos morais,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contudo, não procedem.

Trata-se de ação de indenização por danos morais, decorrentes das postagens de texto ofensivo em rede social na internet.

O pedido indenizatório não comporta acolhimento, visto que os textos foram publicados num contexto de animosidade, em que ambas as partes proferiram ofensas uma a outra.

A autora havia postado mensagem anterior à da ré, com cunho provocativo (cf.fls.60).

Nesse contexto, não há dever da ré de indenizar.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Apelação n.0000280-87.2014.8.26.0516 Ação de indenização por danos morais julgada improcedente. Correspondência eletrônica enviada de modo particular por meio de perfis junto à rede social facebook. Mensagens que não atingiram a repercussão apontada pela autora, e não causaram abalo à sua imagem ou sua honra. Rivalidade latente entre as partes. Troca de ofensas reciprocas contribuição de ambas para a litigiosidade existente. Ato ilícito e dano moral indenizável que não se verificam. Ausência de responsabilidade civil. Sentença condenatória reformada. Recurso provido. **(TJSP, Apelação n.0000280-87.2014.8.26.0516, 7º Câmara de Direito Privado, rel. Mary Grun, J. 26/03/2015).** (Grifo não original).

Apelação n. 0044740-75.2012.8.26.0114 Ação de indenização por danos morais. Troca de ofensas mútuas entre as partes pela internet. Práticas que anulam eventual ilicitude. Ocorrência de retorsão imediata a extrair das condutas qualquer obrigação de indenizar. Aplicação do disposto no art. 188, inciso I, do Código Civil. Precedentes deste Tribunal. Improcedência da reconvenção mantida. APELO IMPROVIDO. **(TJSP,**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Apelação n. 0044740-75.2012.8.26.0114, 3º Câmara de Direito Privado, rel. Donegá Morandini, J. 25/02/2014).** (Grifo não original).

Apelação n. 1012098-12.2014.8.26.0001 Responsabilidade Civil- Dano Moral- Autora que manteve relacionamento extraconjugal com o correquerido Paulo. Alegação de ameaças dele e sua esposa, o que lhe causou constrangimentos, com instauração de inquérito para apuração de crime de ameaça. Reconvenção apresentada pelos réus, alegando que foram eles os que sofreram danos morais. Ofensas recíprocas e instauração de inquérito que, por si só, não enseja danos morais. Não provimento de ambos os recursos. (TJSP, **Apelação n. 1012098-12.2014.8.26.0001, 4º Câmara de Direito Privado, rel. Enio Zuliani, J. 30/04/2015).** (Grifo não original).

Verifica-se, destarte, que ambas as partes vinham agindo sem a devida urbanidade que deve haver nas relações sociais, em especial naquelas que envolvam família. *Percebe-se a contribuição de ambas para a litigiosidade existente. Utilizam-se do facebook para provocações mútuas.*

A hipótese é, portanto, de procedência parcial, apenas para se confirmar a determinação de exclusão das postagens inadequadas, confirmando-se, assim, a antecipação de tutela. Julgo improcedente, contudo, o pedido de indenização por danos morais.

Dada a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas, das despesas processuais e com honorários da parte adversa arbitrados em 10% sobre o valor dado à causa.

Sendo as partes beneficiárias da Justiça Gratuita, as verbas da sucumbência apenas poderão ser cobradas se provada a perda da condição de necessitado.

Publique-se. Intimem-se.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 15 de dezembro de 2017.

**Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA  
LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**